

**A IMPORTÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DE SALAS DE VACINA EM FARMÁCIAS
NO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI-MG E O PAPEL DO PROFISSIONAL
FARMACÊUTICO NO PROCESSO DE IMUNIZAÇÃO**

**THE IMPORTANCE OF THE IMPLEMENTATION OF VACCINE ROOMS IN PHARMACIES IN THE
CITY OF TEÓFILO OTONI-MG AND THE ROLE OF PHARMACEUTICAL PROFESSIONALS IN
THE IMMUNIZATION PROCESS**

Ana Carolina Zappulla Penna

Acadêmicas do 8º período do curso de Farmácia da Universidade Presidente Antônio Carlos

Mariana Almeida Silva,

*Acadêmicas do 8º período do curso de Farmácia da Universidade Presidente Antônio Carlos

Daniel de Azevedo Teixeira

Doutor em Biocombustíveis - UFVJM
Graduação Farmácia/Biomedicina/Ciências Biológicas

Resumo

O processo de imunização representa uma das mais importantes atividades no âmbito da saúde, em 1973 foi criado no Brasil o Programa Nacional de Imunizações, que oferta os imunobiológicos através da rede pública de saúde. O programa possui um calendário específico, com metas de imunização e com grupos alvo específicos, o que faz com que muitas pessoas fiquem fora da ação imunitária, havendo assim o risco de que doenças já erradicadas e/ou controladas ressurgam. No ano de 2018 foi autorizado por lei que as farmácias ofereçam a aplicação de vacinas com o intuito de que essa inserção traga importantes benefícios à população. O trabalho verifica a real perspectiva da introdução do serviço imunitário através do profissional farmacêutico nas salas de vacina e seus benefícios para a sociedade. Foram utilizados os dados de uma pesquisa de opinião realizada através de questionários destinados a clientes das farmácias, possuindo questões diretas e inerentes ao tema, afim de verificar o conhecimento dessas pessoas sobre as vacinas, salas vacinais, a inserção do profissional farmacêutico no processo de imunização e as dificuldades encontradas na imunização da rede pública. Ao final do estudo foi possível avaliar que a ampliação de salas vacinais em farmácias pode se configurar como um serviço essencial na ação imunitária da população e na promoção da saúde coletiva.

Palavras-chave: Programa Nacional de Imunizações. Imunização. Farmacêutico. Salas de vacinas.

Abstract

The immunization process represents one of the most important activities in the field of health. In 1973, the National Immunization Program was created in Brazil, offering immunobiologicals through the public health network. The program has a specific timetable, with immunization goals and with specific target groups, which makes many people stay out of the immune action, thus having the risk that diseases that have already been eradicated and / or controlled will resurface. In 2018 it was authorized by law for pharmacies to offer vaccines with the intention that this insertion brings important benefits to the population. The work verifies the real perspective of the introduction of the immune service through the pharmaceutical professional in the vaccine rooms and its benefits for society. Data from an opinion poll conducted using questionnaires for pharmacy customers were used, having direct and inherent questions to verify the knowledge of these people about vaccines, vaccination rooms, the insertion of the pharmaceutical professional in the immunization process, and the difficulties encountered in immunizing the public network. At the end of the study it was possible to evaluate that the expansion of vaccination rooms in pharmacies can be configured as an essential service in the population's immune action and in the promotion of collective health.

Keywords: National Immunization Program. Immunization. Pharmaceutical. Vaccination rooms.

1 Introdução

A vacina é um produto (insumo farmacêutico) que contém agentes imunizantes e que foi introduzida no Brasil em 1804. Entretanto, o processo de imunização no país ocorreu de forma trágica, sendo que as pessoas eram obrigadas a serem vacinadas, medida justificada devido a incidência de mortes em algumas cidades por pestes existentes (HOCHMANN, 2011).

A revolta da vacina é um marco histórico ocorrido em 1904, onde os sanitaristas da época impuseram a vacinação de forma coletiva e obrigatória. A população apresentou bastante insatisfação na época, porém foi através das campanhas sanitaristas que pestes como a varíola foi erradicada (HOCHMANN, 2011).

Segundo Januzzi (2019), apesar da cobertura vacinal atingir boa parte da população, pode-se identificar o ressurgimento e o aumento de casos de doenças que, segundo os médicos e autoridades no assunto, é resultado de falhas decorrentes das políticas públicas voltadas à prevenção como vacinas não são inseridas no Programa Nacional de Imunizações, ainda que sejam recomendadas tanto pelas organizações de saúde e a importância de ampliação da cobertura, que não atinge a totalidade do público-alvo.

O processo de imunização no Brasil apresentou uma queda significativa de adesão nos últimos anos devido à vários fatores como a falta de segurança por parte das pessoas por não

saberem como age o antígeno no organismo; profissionais mal preparados para tal função; disseminação de falsas informações; entre outros (CONSENSUS, 2017).

Portanto, é importante que sejam intensificadas as estratégias de cobertura vacinal no país e que se proponha alternativas para as pessoas que eventualmente optem pela imunização extra calendário SUS (MOURA et al., 2018). Uma estratégia bastante interessante é a promoção de campanhas para a conscientização ao processo de imunização e seus benefícios, bem como, inserir a participação de outros profissionais de saúde como o farmacêutico neste processo.

No ano de 2014, por meio da Lei nº 13.021, a cobertura vacinal começou ter o apoio das farmácias, expressamente definidas como unidades de assistência à saúde. No entanto, o avanço de maior relevância nesse contexto, que comprova a intenção de expansão da atenção à saúde, dessa vez especificamente relacionando-se à vacinação, ocorreu com a Resolução do CFF nº 654, de 22 de fevereiro de 2018, que passou a conter critérios para a prestação de serviços por parte dos farmacêuticos, sendo esta inserção muito importante, como a própria ampliação da cobertura por meio da oferta de opção de atendimento à população e a oferta de vacinas não incluídas no Programa Nacional de Imunizações (CFF, 2018)

O estudo foi realizado na cidade de Teófilo Otoni-MG, tendo como público os clientes de farmácias. Os dados foram obtidos de uma pesquisa de opinião, a fim de analisar e comparar o nível de conhecimento da população sobre as vacinas, falhas encontradas no oferecimento de vacinas pelo Programa Nacional de Imunizações, as salas vacinais e a inserção do farmacêutico nesta ação.

Portanto o presente estudo objetivou-se em analisar como o profissional farmacêutico e a inserção das salas de vacina em farmácias podem efetivamente contribuir no processo de imunização no município de Teófilo Otoni, indicando os obstáculos e as potencialidades do mesmo, compreendendo a inserção das farmácias como estabelecimentos de saúde e as inovações trazidas pela Resolução do CFF nº 654.

2 Métodos

Classificação da pesquisa:

classificação da pesquisa foi de finalidade aplicada, de nível descritivo e exploratório, de natureza quantitativa. No trabalho foi realizado um delineamento a partir de um levantamento de interrogação direta às pessoas.

Caracterização e quantificação:

O delineamento da amostragem para coleta de dados foi realizada no centro da cidade de Teófilo Otoni-MG, localizada no vale do Mucuri, a nordeste da capital do estado. As coordenadas geográficas do município são Latitude 17° 51' 28" Sul, Longitude 41° 30' 18" Oeste. O município de Teófilo Otoni-MG possui mais de 60 farmácias, contando com 125 farmacêuticos¹, sendo que esta cidade é um polo na prestação de saúde também para os outros municípios do vale do Mucuri.

Procedimento de coleta de dados:

Os dados foram coletados através de uma pesquisa realizada em 15 farmácias a qual teve a aplicação de 250 questionários a fim de obter pesquisa de opinião. Foram escolhidas 15 farmácias localizadas no centro de Teófilo Otoni-MG para a pesquisa, visto que estas possuíam maior fluxo de clientes. Inicialmente, foi realizada a observação dos serviços farmacêuticos e a demanda de atendimento que se concentrava na parte da manhã em cada estabelecimento visitado. O procedimento foi iniciado após a autorização dos gerentes das farmácias. Foi verificado com os gerentes se a coleta poderia ser feita na parte da manhã, visto o maior fluxo de clientes. Os gerentes aceitaram e assim, tornou-se possível a aplicação dos questionários rapidamente. A aplicabilidade dos questionários foi feita em 30 dias.

Análise e interpretação:

Após a devolução dos questionários respondidos, estes foram separados e em seguida a quantificação de respostas para cada pergunta dos questionários, sendo que estas incluíam conhecimento vacinal, adesão, opinião, dificuldades na rede pública e atendimento prioritário a saúde. As análises foram realizadas através do programa Microsoft Excel® pela ilustração de gráficos e as ilustrações serviram como base comparativa entre si e à literatura disponível.

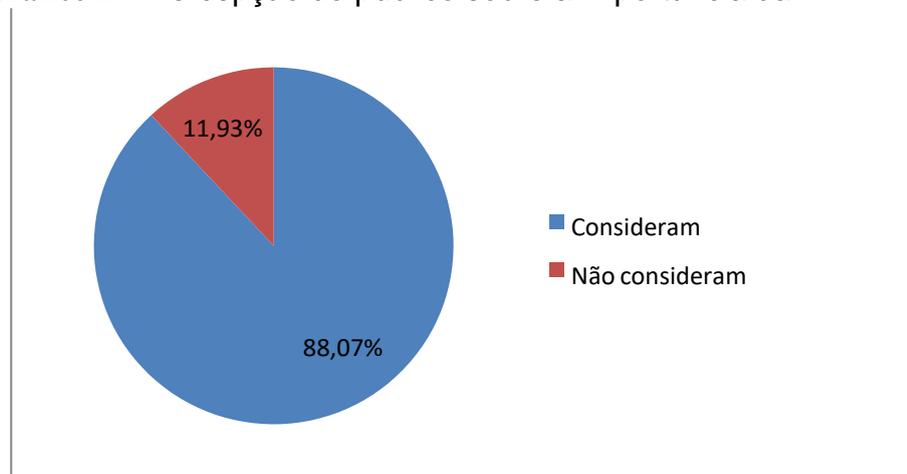
3 Resultados e discussão

3.1 Porcentagem de indivíduos que consideram importante o processo de imunização

¹ CRFMG. Número de Farmacêuticos por GRS. Teófilo Otoni. Dados de 12/04/2020. Conselho Regional de Farmácia do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.crfmg.org.br/site/Institucional/farmacuticosGRS>. Acesso em 12 abr. 2020.

Foi perguntado ao público sobre a consideração a respeito da importância da imunização e os resultados foram demonstrados no Gráfico 1. Os resultados indicaram que 88,07% consideram importante a imunização e esse percentual se apresenta inferior ao obtido por Santos et al. (2011), que em pesquisa realizada junto às mães cadastradas em uma Unidade de Saúde da Família, identificaram que a totalidade destas afirmou ser importante a imunização, sendo que os autores consideraram como relevante essa percepção, que pode influenciar de modo positivo na condução dos cuidados inerentes à saúde da criança.

Gráfico 1 – Percepção do público sobre a importância da imunização



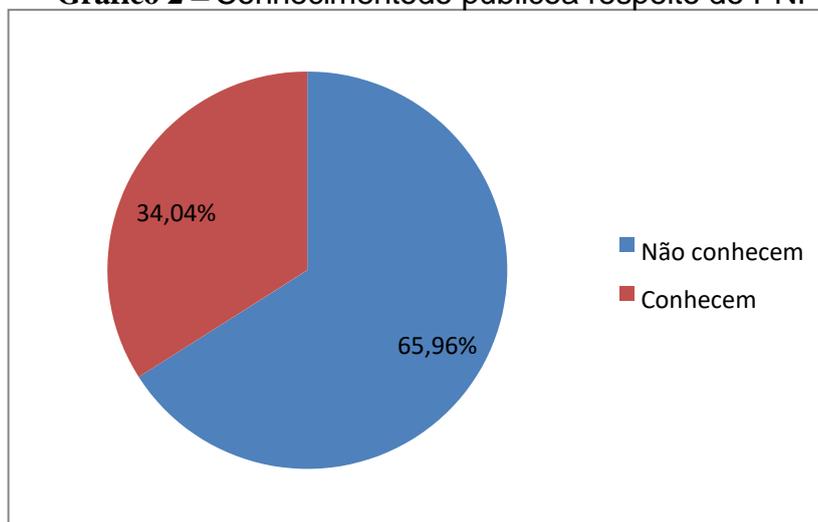
Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Verifica-se, no entanto, que mesmo diante de uma maioria absoluta que considera a importância da vacinação, o percentual de 11,93% de pessoas que desconsideram tal relevância pode ser observado como elevado, ante a comprovada importância da imunização. Nesse sentido, corrobora-se a afirmação de Mizuta et al. (2017), que afirmam que a aceitação das vacinas não se apresenta como universal e que em diversas pesquisas a adesão da população aos programas de vacinação se apresenta inadequado ou insuficiente. Os autores destacam também que o aumento da variedade de vacinas resultou também numa elevação da rejeição de algumas pessoas com relação à vacinação.

3.2 Porcentagem de indivíduos que afirmam conhecer o Programa Nacional de Imunização

Outra pergunta apresentada aos entrevistados sobre seu conhecimento a respeito do Programa Nacional de Imunização. As respostas indicaram que a maioria do público, que corresponde a 65,96%, não tem conhecimento a respeito do programa, o que pode indicar, por um lado, que ainda diante do gradativo aumento da cobertura vacinal no país que teve o PNI como componente essencial, o mesmo não se tornou popular quanto aos seus conceitos ou objetivos. Os resultados dessa pergunta se encontram dispostos no Gráfico 2:

Gráfico 2 – Conhecimento do público a respeito do PNI



Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Observa-se, no entanto, que mesmo diante do baixo conhecimento apresentado pelo público a respeito do PNI, destaca-se a importância do mesmo, que conforme Temporão (2003), possibilitou que as campanhas, bem como os dias nacionais de vacinação, tivessem sua relevância assimilada pela população, sem, no entanto, entrar em conflito com os demais projetos inerentes à saúde. O sucesso do PNI, segundo o autor, deve-se aos bons resultados no controle de algumas doenças, mas em parte deve-se também à inoperância histórica da rede básica de saúde.

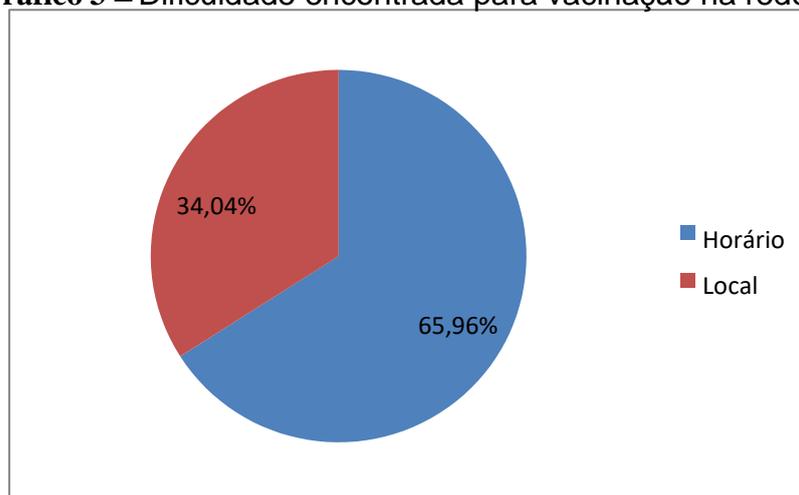
Observa-se, inclusive, que a aceitação popular reflete o êxito do PNI, que se apresenta como um dos melhores programas do mundo no campo da imunização.

3.3 Porcentagem das dificuldades encontradas na rede pública

Acerca da dificuldade encontrada para vacinação na rede pública, os resultados obtidos a partir da pesquisa apontam principalmente para a questão dos horários. Nesse sentido, como demonstrado no gráfico, 65,96% dos entrevistados considera que o horário de funcionamento dos postos de vacinação da rede pública representa um importante obstáculo ao acesso dos pais ou responsáveis. Ex-coordenadora do PNI do Ministério da Saúde, Domingues (2019) afirmou, durante a Jornada Nacional de Imunizações, que existe a necessidade de revisão da forma como são ofertadas as vacinas, devendo ser observadas as mudanças sociais, que, inclusive, tornaram efetiva a falta de tempo para o comparecimento aos postos de vacinação em horários limitados durante a semana.

Os percentuais obtidos a partir da pergunta sobre a dificuldade de vacinação na rede pública podem ser observados no Gráfico 3:

Gráfico 3 – Dificuldade encontrada para vacinação na rede pública



Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

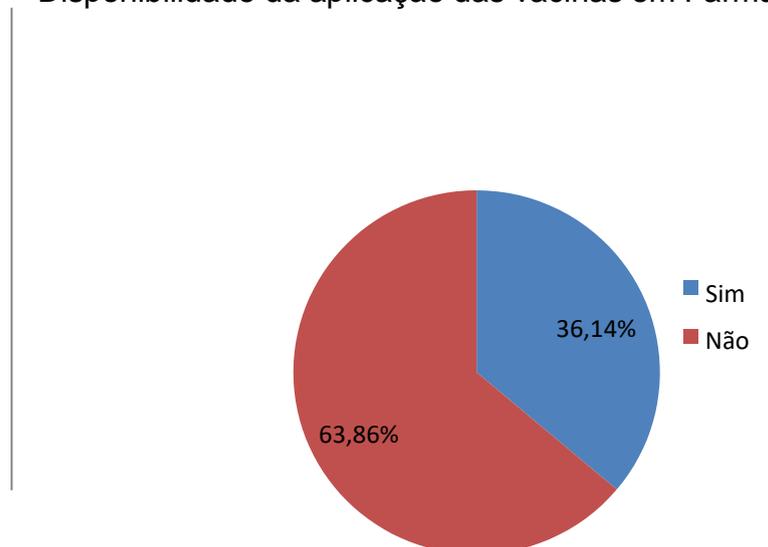
Destaca-se que a dificuldade quanto ao local, ainda que apontada em menor incidência pelos entrevistados, apresenta-se significativa, com mais de um terço das referências, o que pode

ser interpretado como uma indicação de que a diversificação desses locais pode representar um aporte de efetividade à cobertura vacinal.

3.4 Porcentagem de indivíduos que conhecem o serviço imunitário nas farmácias

A pergunta sobre o conhecimento dos entrevistados acerca da disponibilidade da aplicação das vacinas em farmácias indica que 63,86% deles desconhece o serviço, como pode ser observado no Gráfico 4:

Gráfico 4 – Disponibilidade da aplicação das vacinas em Farmácias



Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Esse desconhecimento se justifica, em parte pela implantação relativamente recente e ainda limitada do serviço na maioria das localidades. Se considerado o tempo decorrido entre a publicação da RDC 197/2017 (Brasil, 2017) pela Anvisa, que indicou os critérios para que os estabelecimentos de saúde, inclusive as farmácias, possam realizar os serviços de imunização, bem como a divulgação ainda incipiente dessa alternativa aos postos de vacinação convencionais, pode-se justificar o desconhecimento em questão. Outro motivo para o desconhecimento pode ser identificado na falta de definição, para alguns, da própria abrangência da atenção farmacêutica.

A limitação desse conhecimento não se limita somente à população em geral, mas até mesmo se encontra entre profissionais da área, conforme identificado por Farina e RomanoLieber (2009), que consideram que esse quadro de incipiência quanto ao conhecimento nesse sentido

deve ser mudado gradativamente quando as mudanças curriculares surtirem efeito na formação dos novos farmacêuticos.

3.5 Porcentagem de indivíduos com disponibilidade econômica para vacinação em farmácias

Quando perguntados se pagariam pelo serviço de vacinação, 72,63% dos entrevistados deu resposta positiva, conforme pode ser observado no Gráfico 5:

Gráfico 5 – Disponibilidade para pagar pelo serviço de vacinação



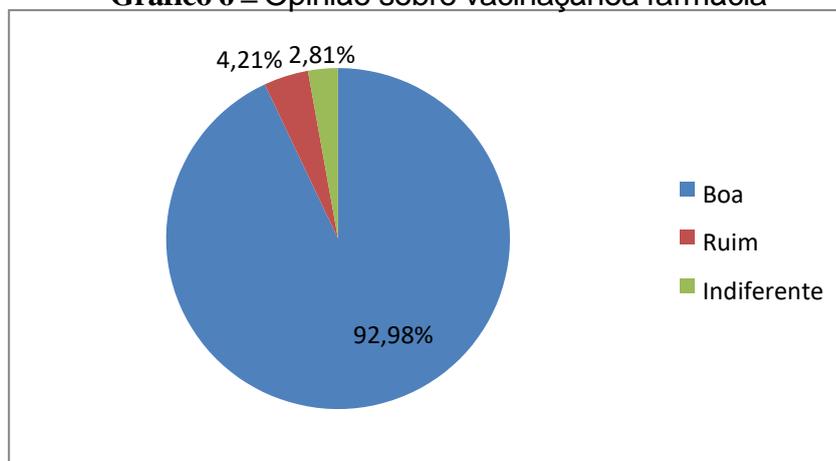
Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

A disponibilidade para o pagamento da vacinação, indicada pela maioria dos entrevistados, pode ser correlacionada à importância conferida pelos mesmos ao processo de imunização, considerando que mesmo num cenário onde se possam identificar dificuldades de alguns para o custeio de suas necessidades básicas, o investimento na saúde é observado como essencial. Essa disponibilidade mostra-se superior aos percentuais obtidos por pesquisa realizada por Godói (2018), na qual 44% dos entrevistados elegíveis (n=464) afirmaram a disponibilidade de pagar por três doses de vacina contra dengue. O percentual passa para 68,9%, aproximando-se do obtido na presente pesquisa, quando se refere aos entrevistados que tiveram filhos, o que denota que a disposição em investir na vacinação pode se relacionar ao cuidado com os filhos, mais que com o autocuidado.

3.6 Porcentagem de opinião sobre a aplicação de vacinas em farmácias

Quanto à opinião dos entrevistados sobre a aplicação de vacinas nas farmácias, os resultados indicam que 92,98% deles consideram boa a aplicação, como demonstrado no Gráfico 6:

Gráfico 6 – Opinião sobre vacinação na farmácia



Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Podem-se destacar, no tocante aos obstáculos à aceitação da aplicação de vacinas nas farmácias, os aspectos atitudinais evidenciados por Omecene et al. (2019), que consideram que as atitudes tanto dos pais quanto dos médicos são

passíveis de atuar como barreira às vacinas administradas por farmacêuticos, sem se considerar os aspectos legais que se apresentem favoráveis à prática.

Um estudo relacionado à aplicação de vacinas pediátricas apontou que os médicos pesquisados concordaram que as farmácias representam locais de entrega aptos a aumentar as taxas de vacinação, mas mostrara-se preocupados quanto à redução de oportunidades de acompanhamento e falta de conforto com os farmacêuticos que administram vacinas em seus pacientes (OMECENE et al., 2019).

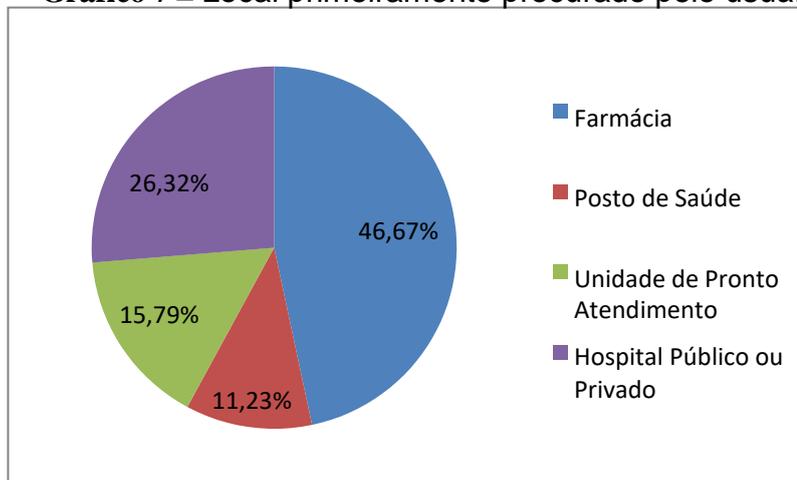
Nesse sentido, com relação à presente pesquisa, a prevalência absoluta (92,98%) da opinião positiva a respeito da aplicação de vacinas por parte dos farmacêuticos, que compreende o conceito de boa, representa um indicativo da credibilidade dos farmacêuticos perante a sociedade, observando que, segundo o CRF-SP (2015), aproximadamente 80% da população considera importante a presença do farmacêutico nas farmácias. Nesse sentido, Possamai e Dacorreggio (2007) consideram que a relação entre o usuário e o farmacêutico é um processo de aprendizagem, verificando que o farmacêutico um facilitador da aprendizagem com o paciente.

Essa proximidade entre farmacêutico e usuário dos serviços de saúde, por se caracterizar pela qualidade e presteza no atendimento, bem como pela maior incidência, já que esse usuário tem geralmente uma frequência muito maior de visitas à farmácia que aos outros estabelecimentos de saúde, favorece as opiniões como indicado pela pesquisa.

3.7 Porcentagem do local prioritário de acesso a saúde pelos indivíduos entrevistados

As constatações referentes à proximidade entre farmacêutico e usuário são complementadas diante dos resultados da pesquisa, onde 46,67% dos entrevistados indica a farmácia como local primeiramente procurado pelo entrevistado na busca por auxílio diante da situação de mal-estar ou da identificação de algum sintoma, conforme pode ser observado no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Local primeiramente procurado pelo usuário



Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Observa-se que os resultados convergem para a condição da farmácia no campo da atenção primária, conforme definido por Barros, Silva e Leite (2020), que afirmam a atuação farmacêutica na atenção primária como produtora de diversos benefícios, como o empoderamento do usuário e o controle de agravos crônicos, bem como nas ações de autocuidado, promoção da saúde e uso racional de medicamentos.

Observa-se, no entanto, que as atividades predominantemente identificadas pelos estudos nacionais são relacionadas à orientação e dispensação farmacêutica (NAKAMURA; LEITE, 2016; ANDRADE et al., 2009; BARROS; SILVA; LEITE, 2020). Ainda assim, pode-se identificar as diversas vantagens oferecidas pelas farmácias quanto à vacinação, principalmente se observada a possibilidade de que esses estabelecimentos possam, conforme, Lott (2018), ter vacinas porventura faltantes nos postos de saúde, bem como realizar a identificação de pacientes elegíveis à imunização no momento da dispensação e prestação dos demais serviços farmacêuticos, podendo-se destacar também o atendimento em horários compatíveis com o dia a dia dos usuários.

Considerações finais

A imunização no Brasil completa mais de 200 anos e é oferecida através da rede pública, pelo PNI. Com o passar dos anos, através da resolução CFF N°654, a imunização passou a contar com a ajuda das farmácias através da implantação de salas vacinais. A inserção das salas de vacina em farmácias possui muitos pontos positivos para a sociedade, visto que são muitos os questionamentos acerca da disponibilidade de tempo de algumas pessoas para se vacinarem e o deslocamento até as unidades de saúde.

Com a nova resolução do CFF, o farmacêutico foi inserido para realizar este processo, sendo um profissional capacitado para esclarecimento de dúvidas, prestando atenção e assistência farmacêutica, fazendo com que a imunização seja alcançada em toda população com mais segurança e abrangência.

De acordo com as pesquisas demonstradas, foi possível constatar que a população não tem conhecimento da prestação de serviço nas farmácias, mas consideram importante essa implantação, e que se encontra disposta a pagar por esta função, sendo assim quanto maior a procura e demanda, maiores serão os benefícios, pois a ação se torna cada vez mais ampla, reconhecida e principalmente mais acessível economicamente. Nota-se que a farmácia presta um serviço essencial, conforme os dados coletados, e sempre que necessário, este estabelecimento é o primeiro local onde a população recorre para auxílio primário na prestação de serviço em prol da saúde. Destaca-se, diante dos resultados da pesquisa, a disponibilidade econômica da população entrevistada no sentido de investir na imunização na rede privada,

Observou-se que o cenário da imunização no Brasil apresenta uma cobertura significativa, mas que mesmo diante dessa condição, tem-se observado aumento de casos de o retorno da ocorrência de doenças que não mais se mostravam incidentes, sendo que essa condição é atribuída às falhas decorrentes das políticas públicas voltadas à prevenção. Constata-se que algumas vacinas não são inseridas no Programa Nacional de Imunizações, mesmo sendo recomendadas pelas organizações de saúde. Esse fator contribui para que ocorra a necessidade de ampliação da cobertura, verificando que o processo de imunização teve queda representativa nos últimos anos quanto à adesão, devido à disseminação de falsas informações, falta de segurança das pessoas e profissionais despreparados, entre outros fatores.



A implantação de salas vacinais em farmácias e a boa receptividade da população demonstram que o profissional farmacêutico, através de suas capacitações, oferece um serviço importante e completo, sendo reconhecido por proporcionar um trabalho de qualidade, visando à saúde de maneira plena. Ainda que não sejam totalmente conhecidas pelo público, as salas vacinais poderão contribuir para uma ampliação da cobertura vacinal, se mostrando como uma alternativa grandiosa, além da vacinação na rede pública, podendo atender as pessoas de forma igualitária. Ressalta-se ainda que por se tratar de uma iniciativa bastante recente, observou-se certa escassez de literaturas sobre o tema proposto. Portanto, o estudo realizado pode ser contributivo para estimular outras pesquisas que reforcem a atuação farmacêutica na política nacional de imunização.

Referências

ANDRADE, Tadeu U. et al. Evaluation of the satisfaction level of patients attended by a pharmaceutical care program in a private communitarian pharmacy in Vitória (ES, Brazil). **Brazilian Journal of Pharmaceutical Sciences**, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 349-355, 2009.

BARROS, Débora S. L.; SILVA, Dayde L. M.; LEITE, Silvana N. Serviços farmacêuticos clínicos na atenção primária à saúde do Brasil. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, e0024071, 2020.

BRASIL. RDC 197/2017. **Serviços de Vacinação**. Disponível em: <https://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/legislacao/item/rdc-197-2017>. Acesso em 07 jul. 2020.

CFF. Resolução nº 654, de 22 de fevereiro de 2018. Conselho Federal de Farmácia. Disponível em: http://www.lex.com.br/legis_27618773_RESOLUCAO_N_654_DE_22_DE_FEVEREIRO_DE_2018.aspx. Acesso em 07 jul. 2020.

CONSENSUS. A queda da imunização no Brasil. 2017. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Disponível em: <http://www.conass.org.br/consensus/queda-da-imunizacao-brasil/>. Acesso em 07 jul. 2020.

CRF-SP. **Manual de Orientação ao Farmacêutico**: conduta e postura profissional. Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo. 2015. Disponível em: https://www.crfsp.org.br/documentos/materiaistecnicos/Conduta_e_Postura_Profissional.pdf. Acesso em 07 jul. 2020.

DOMINGUES, Carla. **Rotatividade de profissionais prejudica capacitação para imunizações**. Saúde. Agência Brasil de Comunicações. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2019-09/rotatividade-de-profissionaisprejudica-capacitacao-para-imunizacoes>. Acesso em 07 jul. 2020.

GODÓI, Isabella P. **Avaliação econômica de uma vacina da dengue no Brasil baseado em seu valor terapêutico no Sistema Único de Saúde**. Tese (Doutorado). Farmacoeconomia. Universidade Federal de Minas Gerais, 2018. 192 f.

HOCHMAN, Gilberto. Vacinação, varíola e uma cultura da imunização no Brasil. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 375-386, fev. 2011.

LOTT, Beatriz. **Papel do Farmacêutico na Vacinação**. Simpósio Cuidado Farmacêutico. Universidade Federal de Alfenas. 2018. Disponível em: https://www.unifal-mg.edu.br/simposiocuidadofarmaceutico/wp-content/uploads/sites/43/2018/05/PalestraVacina%C3%A7%C3%A3o_Simposio-Alfenas-compactado.pdf. Acesso em 07 jul. 2020.

MOURA, Ana Débora A. et al. Estratégias e resultados da vacinação no enfrentamento da epidemia de sarampo no estado do Ceará, 2013-2015. Epidemiol. Serv. Saúde, v. 27, n. 1. 01 Fev 2018.

NAKAMURA, Carina A.; LEITE, Silvana N. A construção do processo de trabalho no Núcleo de Apoio à Saúde da Família: a experiência dos farmacêuticos em um município do sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 1.565-1.572, 2016.

OMECENE, Nicole E et al. Implementation of pharmacist-administered pediatric vaccines in the United States: major barriers and potential solutions for the outpatient setting. **Pharmacy Pract (Granada)**, Redondela, v. 17, n. 2, 1581, jun. 2019.

POSSAMAI, F. P.; DACOREGGIO, M. S. A habilidade de comunicação com o paciente no processo de atenção farmacêutica. **Trabalho, educação e saúde**. Rio de Janeiro, vol. 5 (3), nov., 2007.

SANTOS, Leiliane Bezerra et al. Percepção das mães quanto à importância da imunização infantil. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, vol. 12, núm. 3, jul.-set., 2011, pp. 621-626.